

O PAPEL DA ÉTICA NO COMBATE ÀS EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL

Larissa Cruz de Macêdo Coelho Galvão¹

Dirty Paula de Araújo²

Márcia Cristina Reis Campos Melo³

Roberta Araújo de Castro⁴

Tamires Mendes Almeida⁵

Resumo: A COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, é uma nova infecção aguda emergente que alcançou rapidamente graves proporções pandêmicas, as quais requereram reflexões e respostas bioéticas em um curto espaço de tempo e em escala global. As muitas questões éticas que surgiram exigiram e ainda exigem que as diferenças políticas, culturais, ideológicas sejam postas de lado e que se reflita de modo coletivo sobre soluções eticamente aceitáveis. Muito trabalho foi feito na última década sobre questões éticas específicas que surgem no contexto de certas facetas da preparação para emergências pandêmicas, como a ética da alocação de recursos escassos, como vacinas ou equipamentos de emergência, e as questões éticas que surgem em relação a doenças infecciosas. Com base nesse contexto, o objetivo deste artigo é destacar as questões éticas envolvidas na preparação e resposta a emergências de saúde pública.

Palavras-chave: Ética; Códigos de ética; Saúde; Pandemia; COVID-19; Emergências em Saúde Pública

1 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: laricgmed@gmail.com

2 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: dirtyaraujop@yahoo.com.br.

3 Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: marcia_reiscampos@hotmail.com

4 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: betacastro25@gmail.com

5 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: jesus.tami@hotmail.com

Abstract: COVID-19, caused by the SARS-CoV-2 coronavirus, is a new emerging acute infection that quickly reached serious pandemic proportions, which required bioethical reflections and responses in a short time and on a global scale. The many ethical issues that emerged demanded and still require that political, cultural and ideological differences be put aside and collectively reflected on ethically acceptable solutions. Much work has been done over the past decade on specific ethical issues that arise in the context of certain facets of pandemic emergency preparedness, such as the ethics of allocating scarce resources such as vaccines or emergency equipment, and the ethical issues that arise in relation to disease. infectious. Based on this context, the purpose of this article is to highlight the ethical issues involved in preparing for and responding to public health emergencies.

Keywords: Ethic; Codes of ethics; Health; Pandemic; COVID-19; Public Health Emergencies

1 Introdução

A COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, é uma nova infecção aguda emergente que alcançou rapidamente graves proporções pandêmicas, as quais requereram reflexões e respostas bioéticas em um curto espaço de tempo e em escala global. As muitas questões éticas que surgiram exigiram e ainda exigem que as diferenças políticas, culturais, ideológicas sejam postas de lado e que se reflita de modo coletivo sobre soluções eticamente aceitáveis. O novo coronavírus, denominado Sars-Cov-2, causador da doença covid-19, foi detectado no final de dezembro de 2019 em Wuhan, na China (UNESCO, 2020). A Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou a circulação do vírus no início de janeiro, e já no final desse mês declarou a epidemia uma emergência internacional. O primeiro caso importado da covid-19 foi confirmado no Brasil em fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, dois meses após o alerta emitido pela China. Desde então, o vírus tem circulado no país. Nesse contexto, a OMS determinou medidas como: uso de equipamentos de proteção individual pelos profissionais de saúde, identificação de indivíduos sintomáticos e assintomáticos, realização de testes e implantação de estrutura de laboratório para garantir rápida oferta de resultados, criação de novas unidades com equipamentos adequados e isolamento social. A efetividade dessas ações, dependeria inicialmente de

uma intensa mobilização social, uma vez que o vírus possuía altas taxas de transmissibilidade e alta letalidade (Souza, 2021).

As pandemias expõem de forma clara os pontos fortes e fracos dos sistemas de saúde em diferentes países, bem como os obstáculos e as desigualdades com relação ao acesso à assistência à saúde. A maneira pela qual os recursos são alocados em saúde e o acesso inadequado à assistência à saúde são o cerne de muitos problemas. A alocação de recursos e um robusto sistema de saúde pública devem ter importância primordial na agenda dos governos. Essas escolhas se tornam ainda mais desafiadoras e difíceis no contexto da pandemia, no qual a demanda por acesso ao tratamento aumenta de maneira exponencial e rápida. Os indivíduos vulneráveis se tornam ainda mais vulneráveis em tempos de pandemia. É particularmente importante observar a vulnerabilidade relacionada a: pobreza, discriminação, gênero, doenças, perda de autonomia ou funcionalidade, idade avançada, deficiências, etnia, encarceramento, migração não registrada e status de refugiado e apátrida (Souza, 2021). Medidas como o isolamento e a quarentena impactam fortemente as pessoas vulneráveis. Atenção especial deve ser dada à violência intrafamiliar e às pessoas que vivem em situação econômica precária, principalmente nos países em desenvolvimento. Devem ser consideradas estratégias de apoio e prevenção ao agravamento de sua situação. Outras medidas também devem ser tomadas para lidar com o estresse psicológico desencadeado pela ansiedade da pandemia e com os impactos do confinamento. As informações emitidas por políticos, cientistas, autoridades e pela mídia devem ser oportunas, precisas, claras, completas e transparentes (Souza, 2021). Diferentes categorias de informações são necessárias para que todos, independentemente de idade, circunstâncias de vida ou nível de educação, sejam capazes de avaliar a situação.

Muito trabalho foi feito na última década sobre questões éticas específicas que surgem no contexto de certas facetas da preparação para emergências pandêmicas, como a ética da alocação de recursos escassos, como vacinas ou equipamentos de emergência, e as questões éticas que surgem em relação a doenças infecciosas, como a gripe (Souza, 2021). Já existe uma explosão de atividades de pesquisa e ensaios clínicos para encontrar uma cura e uma vacina para a COVID-19. Entretanto, ao mesmo tempo, existe a necessidade de se coordenar os esforços internacionais e formular um entendimento comum sobre processos de análise ética. Dessa forma, políticas que não são fundamentadas em sólidos conhecimentos e práticas científicas são antiéticas, pois trabalham contra o esforço de se construir

uma resposta comum à pandemia. Com base nesse contexto, o objetivo deste artigo é destacar as questões éticas envolvidas na preparação e resposta a emergências de saúde pública, tais como questões relacionadas à alocação de recursos escassos, como vacinas ou equipamentos de emergência, ou em relação a doenças infecciosas, como a Covid-19, com a devida menção de que esta preparação para emergências públicas influencia não apenas os direitos e interesses individuais, mas também o bem comum, os valores e obrigações da sociedade como um todo. Realizou-se para isso, uma revisão de literatura utilizando artigos no idioma português, espanhol e inglês e as seguintes bases de dados: Medline, Scholar, Pubmed e Scielo. Utilizou-se como critérios e palavras-chaves nessas bases: Ética; Códigos de ética; saúde; Pandemia; COVID-19; Emergências de saúde públicas e a combinação desses descritores. Foram selecionados dez artigos referentes a conceitos, escolhidos primeiramente com base em seus títulos e resumos. A partir desta literatura, foi realizada uma seleção mais refinada através de sua leitura completa, resultando na escolha dos 5 textos usados como base para produção deste artigo em resumo expandido.

2 Desenvolvimento

O raciocínio ético e a sensibilidade são sempre importantes na saúde pública, mas são especialmente importantes na área sensível e complexa da preparação para emergências de saúde pública (Souza, 2021). De fato, os requisitos de justificação ética no contexto da preparação para emergências são bastante exigentes, e os riscos éticos são altos porque as mudanças necessárias são muitas vezes perturbadoras e importantes, podem ser financeiramente caras e geralmente envolvem alguma forma de ação estatal. Envolvem a criação de sanções legais e execução, a criação de estruturas administrativas, o investimento e alocação de recursos e a mobilização de apoio popular. A uma solicitação por parte da população de abordagens de saúde pública que empregam alternativas menos restritivas, envolvimento da comunidade e comunicação transparente. No entanto, o uso de coerção e sigilo – ou deliberadamente reter informações do público – embora devam ser evitados se possível e como regra geral não podem ser moralmente descartados categoricamente. Sua justificativa ética em casos particulares será uma questão de contexto e circunstância (Jennings, B., & Arras, J, 2016).

Medidas obrigatórias de evacuação ou quarentena podem

ser inevitáveis e eticamente justificadas em circunstâncias extremas. Ocultar informações do público pode ser necessário para evitar pânico e comportamento contraproducente em larga escala. É precisamente porque podem ser tomadas medidas em emergências que normalmente seriam inaceitáveis em tempos normais que é tão importante que os planejadores de saúde pública não esperem o desastre para tentar elaborar um esquema viável de prioridades (Jennings, B., & Arras, J, 2016). O papel da ética na fase de planejamento antes de uma crise, como na fase de recuperação posterior, é definir parâmetros razoavelmente justos, humanos e responsáveis para a ação e a tomada de decisões. Mesmo dentro desses parâmetros, não há como garantir que erros morais não serão cometidos, mas os planejadores e socorristas de emergência devem estar sempre preparados para responder por sua conduta em termos das boas razões que tiveram para decidir e agir como agiram. (Jennings, B., & Arras, J, 2016).

Além do fato de que as emergências de saúde pública podem exigir algumas medidas paternalistas, surge uma questão mais fundamental sobre as implicações cívicas e democráticas da resposta a emergências. Há uma tendência de ver as emergências como exigindo a centralização da autoridade de cima para baixo e de ver a preparação para emergências como algo fora da governança democrática normal (Jennings, B., & Arras, J, 2016).

A viabilidade contínua da ética ordinária durante tempos extraordinários é um tema central para nossa noção de preparação para emergências como uma prática cívica. A aceitabilidade ética de um plano de emergência é uma função tanto do conteúdo substantivo de suas disposições quanto do processo pelo qual essas disposições são discutidas, formuladas, discutidas e, em última análise, acordadas. A preparação para emergências é melhor compreendida de uma perspectiva cívica, De uma perspectiva cívica, o planejamento e a resposta à emergência são formas de atividade nas quais os cidadãos comuns devem se engajar por um sentimento de pertencimento e solidariedade. Os membros percebem que todos são parte de uma comunidade de interesse comum e vulnerabilidade comum. Nela percebemos que temos responsabilidade pelos outros e pela saúde de nossa comunidade compartilhada como um todo. De uma perspectiva consumista, o planejamento de emergência é fundamentalmente um serviço especializado que indivíduos temerosos e vulneráveis devem adquirir (como contribuintes) para sua própria proteção. De uma perspectiva cívica, os cidadãos se envolvem no planejamento de emergência e cooperam com sua implementação. De acordo com uma

perspectiva consumista, os indivíduos se submetem a planos elaborados e implementados por especialistas (Jennings, B., & Arras, J, 2016).

Quando visto através das lentes do modelo consumista, o planejamento de emergência é como um planejamento médico ou financeiro. Provedores com conhecimento especializado estão preparando um produto para clientes que estão consumindo aquele produto para promover seus próprios interesses como consumidores. Quando vista como uma prática cívica, por outro lado, a preparação para emergências não é uma mercadoria a ser trocada entre um consumidor interessado e um fornecedor com experiência para atender a esse interesse. Faz parte da função pública de proteger e promover a segurança, a vida, a liberdade e o bem-estar das pessoas como um todo (Jennings, B., & Arras, J, 2016). Se o planejamento de emergência é visto como uma prática cívica, então os cidadãos são partes do plano, não consumidores dele. Portanto, do ponto de vista cívico, é inteiramente apropriado enfatizar a participação ampla e inclusiva e o envolvimento da comunidade no processo de planejamento. A preparação para emergências é um aspecto importante da vida de comunidades democráticas fortes (UNESCO, 2020).

A preparação para emergências não se trata apenas de proteger uma comunidade; trata-se também, em última análise, de incorporar as tradições e valores lembrados de uma comunidade e uma visão prospectiva de como a comunidade pode se tornar um ambiente melhor para todos os seus membros no futuro (UNESCO, 2020). Na melhor das hipóteses, a preparação para emergências preserva o passado, protege o presente e promove um futuro mais seguro e resiliente. O planejamento de emergência bem-sucedido deve recorrer a um fundo preexistente de responsabilidade cívica, senso de justiça e preocupação com os necessitados. Mas o planejamento de emergência não pressupõe apenas essas virtudes, ele pode – e deve – ser uma ocasião para promovê-las também. O medo e o interesse próprio estarão, sem dúvida, fortemente em evidência durante qualquer emergência de saúde pública. Mas a liderança em saúde pública pode levar as comunidades além dessas motivações para um senso de propósito comum e solidariedade. A preparação para emergências é um empreendimento ético complexo, assim como é um empreendimento administrativo e científico complexo. A análise ética não pode reduzir essa complexidade ética e não pretende oferecer um algoritmo de tomada de decisão ou de formulação de políticas. No entanto, fornece ferramentas conceituais para discussão e esclarecimento que levam a um acordo e uma resolução comum. Nesse sentido, a análise ética pode servir para

aumentar nossa capacidade de nos preparar e responder a emergências de maneira justa, responsável e eficaz todo (Jennings, B., & Arras, J, 2016). As atividades de preparação para emergências devem, resumidamente, proteger a segurança, a saúde e o bem-estar públicos; devem minimizar a extensão da morte, lesão, doença, incapacidade e sofrimento durante e após uma emergência; devem ser planejadas de modo a respeitar a igualdade de liberdade, autonomia e dignidade de todas as pessoas; devem ser conduzidas de forma a garantir que os benefícios e encargos impostos à população pela emergência e pela necessidade de lidar com seus efeitos sejam compartilhados de forma equitativa e justa; devem ser baseadas e incorporar processos de tomada de decisão que sejam inclusivos, transparentes e responsáveis, de modo a sustentar a confiança do público; deve desenvolver comunidades resilientes e seguras; esforçarem-se em direção ao objetivo de longo prazo de desenvolver recursos comunitários que os tornem mais resistentes a riscos e permitam que eles se recuperem de forma adequada e eficaz após emergências; reconhecer as obrigações especiais de determinados profissionais de saúde pública e promover a competência desses profissionais e a coordenação entre eles; promover um senso de responsabilidade pessoal e cidadania; proteger a segurança, a saúde e o bem-estar públicos (Jennings, B., & Arras, J, 2016).

Dessa forma, o objetivo ético da saúde pública de preparação para emergências não se concentra apenas nos esforços para minimizar a morbidade e mortalidade de indivíduos isolados; deve também proteger a saúde da população e da comunidade em geral e promover o bem comum de todos. Assim, o objetivo de minimizar a mortalidade pode às vezes ter que ser subordinado a outros objetivos. Diante de uma pandemia, o controle de infecções pode ter precedência sobre o tratamento daqueles que já estão doentes e com alto risco de morte e isso terá uma influência direta sobre como as vacinas e o tratamento de manutenção da vida (ventiladores ou unidades de terapia intensiva) são usados (UNESCO, 2020) .

Minimizar danos psicológicos e traumas é igualmente importante. Além disso, o planejamento de emergências de saúde pública deve se preocupar em minimizar as perdas econômicas, a destruição de propriedades e a interrupção dos serviços sociais básicos (Santos, 2020). A preparação para emergências deve ser concebida e praticada de tal forma que lance uma rede muito ampla. Na era das redes sociais, que abrem espaço para a desinformação e as notícias falsas (fake news), as informações públicas precisas e, sobretudo, as informações científicas, devem desempenhar um papel central na orientação do compromisso social das pessoas. Informações

concretas, práticas e compreensíveis sobre as melhores formas de realizar as atividades da vida cotidiana são fundamentais para que os cidadãos não apenas protejam sua própria saúde, mas também contribuam para garantir a saúde pública. Essencialmente, a mensagem deve ser honesta, precisa, transparente e ponderada, para que não desencadeie pânico ou subestime a gravidade das condições, mas, sim, para que os cidadãos possam ter conhecimento, de maneira crítica, sobre os riscos iminentes ou futuros (Jennings, B., & Arras, J, 2016). A preparação para emergências também deve se esforçar para minimizar a perda de capital social a longo prazo, a desintegração cultural e o sofrimento social. Tanto o modelo biopsicossocial de saúde amplamente aceito no campo da saúde pública quanto um corpo crescente de pesquisas epidemiológicas indicam que a destruição das redes de relações de apoio e de instituições cívicas pode ter efeitos significativos na saúde e no bem-estar da população. O planejamento e a resposta a emergências para todos os riscos devem proteger não apenas a pessoa como um todo mas também organizações, sistemas de funcionamento social e modos de vida culturalmente significativos. Um plano de emergência não é simplesmente um documento: é um processo e uma atividade em si, que se estende por vários anos e revisitado periodicamente (Santos, 2020). Os planos não devem apenas ser revistos em intervalos regulares para atualização, mas também devem ser avaliados por meio de exercícios ou simulações. O planejamento de emergência põe em movimento todo um complexo social de discussões, grandes reuniões, pequenas reuniões, redes entre funcionários e profissionais, organização local e atividade educacional, criação de novos canais de comunicação e recrutamento de pessoal especializado ou reciclagem do pessoal existente.

3 Conclusão

Concluímos que tanto no âmbito nacional como no internacional, as políticas sociais e de saúde devem estar fundamentadas em evidência científica sólida, levando em consideração as incertezas que existem durante uma pandemia, especialmente quando esta é causada por um novo patógeno, e devem ser guiadas por considerações éticas globais. Neste contexto de pandemia, a cooperação é essencial em todos os âmbitos: governos, setores público e privado, sociedade civil e organizações internacionais e regionais.

As pandemias mostram a dependência entre os países, por exemplo, em termos de disponibilidade de reagentes para permitir a realização

de testes de diagnóstico, de máscaras protetoras, de respiradores entre outros insumos, é de extrema importância a cooperação e a solidariedade internacionais, ao invés de uma visão estreita de interesse nacional, destacando a responsabilidade dos países ricos em ajudar os países pobres durante este período de emergência internacional de saúde pública. Também não menos relevante, é que se elaborem medidas drásticas contra todas as formas de tráfico ou corrupção que possam estar associadas a indivíduos ou grupos que tentam minar a solidariedade e a alocação de recursos necessários a um bem comum maior.

Recomenda-se, portanto, um esforço internacional para adotar, tanto quanto possível, critérios uniformes de coleta de dados sobre a propagação da pandemia e seus impactos.

É fundamental e necessário institucionalizar uma estratégia política que priorize a saúde e a segurança dos indivíduos e das comunidades, bem como que assegure sua efetividade pelo estabelecimento do diálogo interdisciplinar entre atores da ciência, da ética e da política. As decisões políticas devem ser fundamentadas em conhecimento científico sólido, mas não podem nunca ser legitimadas apenas pela ciência. Os objetivos éticos da preparação para emergências são múltiplos, difíceis de priorizar e podem dar origem a dilemas éticos práticos quando entram em conflito. Elas devem ser claramente articuladas e compreendidas por várias razões. Esses objetivos são intrinsecamente importantes, eles expressam os valores da profissão de serviço e tradições profissionais de saúde pública e representam a natureza dos ideais morais de uma comunidade. O esclarecimento desses objetivos éticos também é importante porque o amplo reconhecimento público deles reforça a confiança pública e a legitimidade da preparação para emergências: Durante uma situação de crise com muitas incógnitas, é particularmente necessário estabelecer o diálogo entre política, ciência, ética e direito.

Referências

Jennings, B., & Arras, J. 2016. Ethical Aspects of Public Health Emergency Preparedness and Response. In *Emergency Ethics: Public Health Preparedness and Response*. Oxford, UK: Oxford University Press. Retrieved 28 Apr. 2022, from <https://oxfordmedicine.com/view/10.1093/med/9780190270742.001.0001/med-9780190270742-chapter-2>.

Souza, Tiago Pereira de, Avendano, Cibele Gulartt e Gomes, Erissandra Covid-19: o que dizem os códigos de ética profissional?. Revista Bioética [online]. 2021, v. 29, n. 2 [Acessado 26 Abril 2022] , pp. 295-303. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-80422021292467>>. Epub 6 Set 2021. ISSN 1983-8034. <https://doi.org/10.1590/1983-80422021292467>.

UNESCO.2020. Declaração sobre a COVID-19: considerações éticas sob perspectiva global. Corporate author:International Bioethics Committee [190], World Commission on the Ethics of Scientific Knowledge and Technology [144]Document code:SHS/IBC-COMEST/COVID-19 REV.https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373115_por.locale=en

Santos, Laís Silveira Dilemas morais da gestão pública brasileira no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. 2020. Revista de Administração Pública [online]. 2020, v. 54, n. 4 [Acessado 10 Maio 2022] , pp. 909-922. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200219>> <https://doi.org/10.1590/0034-761220200219x>. Epub 28 Ago 2020. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200219>.